



Bradesco
Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O bom desempenho da Empresa está sedimentado na forma de atuação plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégias de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, bem como implementando acordos operacionais com grandes fabricantes, principalmente nos setores de veículos pesados e de máquinas e equipamentos.

Em 14 de junho de 2011, o Conselho de Administração aprovou a 6ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie subordinada no montante de R\$ 9,5 bilhões, na data da emissão, disponibilizando-a nos sites da Companhia (www.shopinvest.com.br/bradescoleasing) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (www.cvm.gov.br), sendo a emissão uma oferta com esforços restritos de distribuição destinada exclusivamente a investidores qualificados.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 981.890 milhões, correspondendo a R\$ 41.921,70 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 9,378 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 10,88% sobre o PL médio.

Em setembro de 2011 foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas no montante de R\$ 390 milhões, cujo pagamento foi efetuado em 28 de outubro de 2011.

Em 31 de dezembro, o total de Ativos somava R\$ 77,763 bilhões, destacando-se R\$ 65,312 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 7 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente e R\$ 1,093 milhões de Leasing Operacional a Receber. O saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 3,378 bilhões.

O total de Captações, em 31 de dezembro, estava representado por R\$ 63,097 bilhões de Debêntures e R\$ 369,415 milhões de FINAME.

No exercício, a Bradesco Leasing, em consonância com o teor da Instrução CVM nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos desta. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 14 de fevereiro de 2012

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2011		2010		PASSIVO
	2011	2010	2011	2010	
CIRCULANTE	28.327.025	15.712.182	6.848.486	5.619.536	
DISPONIBILIDADES	567	113	4.415.559	3.053.040	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	26.663.874	14.151.151	4.415.559	3.053.040	
Aplicações no Mercado Aberto	16.085.493	9.713.993			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.578.381	4.437.158			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.641.805	1.398.865	2.278.497	2.396.582	
DERIVATIVOS (Nota 6)	1.580.927	1.293.971	335.884	335.884	
Carteira Própria	60.878	104.894	526.518	463.942	
Vinculados à Prestação de Garantias	(250.784)	(123.043)	-	15	
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)			1.416.095	1.596.741	
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Público	4.571	9.553			
- Setor Privado	3.194.134	3.122.168			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(3.074.348)	(3.025.661)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(375.141)	(229.103)			
OUTROS CRÉDITOS	219.826	229.566			
Rendas a Receber (Nota 8a)	2.902	3.678			
Diversos (Nota 8b)	217.006	225.965			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(82)	(77)			
OUTROS VALORES E BENS	51.737	55.530			
Outros Valores e Bens	79.124	88.787			
Provisões para Desvalorizações	(27.387)	(33.257)			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	39.139.113	38.426.336	9.378.120	8.793.225	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	38.648.159	38.065.022	7.127.800	7.127.800	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	38.648.159	38.065.022	2.250.304	1.658.414	
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(134.241)	(212.773)	16	7.011	
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Público	-	3.991			
- Setor Privado	4.158.989	4.272.988			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(4.158.178)	(4.276.362)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(135.052)	(213.390)			
OUTROS CRÉDITOS	624.604	573.411			
Diversos (Nota 8b)	624.767	573.618			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(163)	(207)			
OUTROS VALORES E BENS	591	676			
Despesas Antecipadas	591	676			
PERMANENTE	10.297.353	10.073.318			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	38.093	35.953			
Participações em Coligadas:					
- No País	31.278	28.496			
Outros Investimentos	26.394	27.036			
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	6.503	7.397			
Imóveis de Uso	11.117	11.117			
Reavaliações de Imóveis de Uso	13.939	13.939			
Outras Imobilizações de Uso	155	155			
Depreciações Acumuladas	(18.708)	(17.814)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7h e 10)	10.252.757	10.029.968			
Bens Arrendados	14.148.596	13.277.992			
Depreciações Acumuladas	(3.895.839)	(3.248.024)			
TOTAL	77.763.491	64.211.836	77.763.491	64.211.836	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
	Exercícios findos em		2º Semestre	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
	2011	31 de dezembro		Realizado	Legal	Estatutárias	Próprias				
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.868.185	11.012.704	8.764.177								
Operações de Crédito	35.784	66.631	52.975								
Operações de Arrendamento Mercantil	2.102.111	4.214.238	3.950.835								
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	3.730.290	6.731.835	4.760.367								
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(5.119.110)	(9.529.290)	(7.689.290)								
Operações de Captações no Mercado	(3.441.625)	(6.191.905)	(4.520.389)								
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.194)	(24.141)	(32.944)								
Operações de Arrendamento Mercantil	(1.597.619)	(3.229.844)	(3.101.056)								
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7i e g)	(67.917)	(84.050)	(32.901)								
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	749.075	1.482.764	1.076.887								
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(5.865)	(53.280)	(58.591)								
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(19.020)	(35.724)	(30.686)								
Despesas Tributárias (Nota 17)	(43.552)	(83.977)	(59.937)								
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	1.469	2.808	2.280								
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	91.970	186.080	69.564								
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(36.732)	(122.467)	(39.812)								
RESULTADO OPERACIONAL	743.210	1.429.484	1.018.296								
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	(7.111)	(24.701)	(36.042)								
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	736.099	1.404.783	982.254								
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(146.815)	(422.893)	(404.027)								
LUCRO LÍQUIDO	589.284	981.890	578.227								
Número de ações (Nota 15b)	23.422	23.422	23.422								
Lucro por ação em R\$	25.159,42	41.921,70	24.687,35								

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil									
	Exercícios findos em		2º Semestre	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro		2011	%	2011	%	2010	%
	2011	31 de dezembro		2011	2010								
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:													
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	736.099	1.404.783	982.254										
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.383.989	2.823.946	2.478.248										
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	67.917	84.050	32.901										
Depreciações e Amortizações	1.582.392	3.203.973	3.089.392										
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(29.535)	40.922	13.692										
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.469)	(2.808)	(2.280)										
Superveniência de Depreciação	(242.475)	(526.986)	(672.166)										
Prejuízo na Alienação de Bens Arrendados	9.787	20.468	16.252										
Provisão/(Reversão) de Provisão por Desvalorização de Ativos	7.448	14.404	(1.889)										
Outros	(10.076)	(10.077)	2.346										
Lucro Líquido ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.120.088	4.228.729	3.460.502										
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(4.420.729)	(12.108.612)	(9.506.013)										
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(156.927)	(254.704)	15.398										
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	30.558	(70.655)	12.097										
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(11.440)	(34.841)	(8.121)										
(Aumento)/Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(8.449)	(10.236)	(127.224)										
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	79.947	238.366	643.992										
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(62.175)	(230.845)	(187.720)										
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(2.429.127)	(8.242.798)	(5.697.089)										
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:													
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	4.962	4.769	(1.451)										
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(1.987.769)	(3.892.489)	(4.937.173)										
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	497.064	975.337	790.410										
Aquisição de Bens não de Uso Próprio	(34.570)	(66.394)	(58.985)										
Alienação de Bens não de Uso Próprio	26.057	53.584	52.226										
Alienação de Investimentos	10.496	10.719	574										
Dividendos Recebidos	6	346	30										
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	(1.483.754)	(2.914.128)	(4.154.369)										
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:													
Aumento de Capital em Dinheiro/Incorporação de Ações	-	-	5.000.000										
(Aumento)/Redução em Recursos de Emissão de Debêntures	3.436.927	12.534.627	4.228.523										
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(390.000)	(390.000)	-										
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	3.046.927	12.144.627	9.228.523										
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(865.954)	987.701	(622.935)										
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	1.853.768	113	623.048										



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas Demonstrações Contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e alterações introduzidas pela Lei nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 14 de fevereiro de 2012.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda - que não são negociados nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra riscos (*hedge*) ou não.

As operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administração de suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7h).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7h), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão estimada para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categoria e prazos

	2011			2010		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado
Títulos (1)						
Títulos para negociação (3)	1.347.650	2.409	34.634	257.069	1.641.762	1.641.759
Letras financeiras do tesouro	98.716	1.442	10.174	223.501	333.833	333.830
Certificados de depósito bancário	-	967	-	8.129	12.469	12.469
Debêntures	-	-	2.060	2.449	4.509	4.509
Letras do tesouro nacional	-	-	-	7.081	7.081	7.081
Notas do tesouro nacional	1.246.832	-	-	-	1.246.832	1.246.832
Notas promissórias	2.102	-	-	-	2.102	2.102
Outros	-	-	19.027	15.909	34.936	34.936
Títulos disponíveis para venda (4)	43	-	-	43	16	27
Ações	43	-	-	-	43	27
Total em 2011	1.347.693	2.409	34.634	257.069	1.641.805	1.641.775
Total em 2010	27.855	42.655	5.778	1.322.577		

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do período, os fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 1.580.884 mil (2010 - R\$ 1.282.164 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(4) Em 2011 foram realizadas perdas que não temporárias de R\$ 122 mil para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda (2010 - não houve realização de perdas que não temporárias).

b) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	6.551.901	4.633.152
Títulos de renda fixa	7.377	13.666
Títulos de renda variável	15.617	(42)
Fundos de investimento	156.990	113.591
Total	6.731.835	4.760.367

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não possuía posição de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Análise de Sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08

Como boa prática de governança de gestão de riscos, o Banco Bradesco S.A. possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais e o Novo Acordo de Capitais - Basileia II. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e avançam regulamentados pelo BACEN.

As propostas de limites de risco são validadas em Comitês específicos de negócios e submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme os objetivos das posições, as quais são segregadas nas seguintes Carteiras: Carteira *Trading*, consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas à *hedge* de outros da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efeitos ou espargados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: operações não classificadas na Carteira *Trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias e prejuízo fiscal, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação, é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. O crédito tributário sobre prejuízo fiscal será realizado de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

i) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. São registrados no resultado de acordo com o princípio da competência.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Diferido

Registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas de 20% ao ano, calculadas pelo método linear. A partir de 8 de dezembro de 2008 as novas operações passaram a ser registradas no ativo intangível de acordo com a Carta Circular nº 3.357/08 do BACEN.

m) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável (apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior). Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 13a);
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 13b e c); e
- Obrigações Legais - Provisão para FISCOS Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 13b).

o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores contábeis e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base "pro-rata" dia).

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para essas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2011.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional	567	113
Total de disponibilidades (caixa)	567	113
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	987.247	-
Total caixa e equivalentes de caixa	987.814	113

(1) Refere-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto:							
Posição bancada (1)	3.053.738	967.867	1.808.139	7.321.954	1.823.455	1.110.340	16.085.493
Debêntures	3.053.738	967.867	1.808.139	7.321.954	1.823.455	1.110.340	16.085.493
Aplicações em depósitos interfinanceiros:	10.197.624	-	-	380.757	-	38.648.159	49.226.540
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.197.624	-	-	380.757	-	38.648.159	49.226.540
Total em 2011	13.251.362	967.867	1.808.139	7.702.711	1.823.455	39.758.499	65.312.033
Total em 2010	1.408.593	-	1.601.747	8.913.397	1.903.512	38.388.924	52.216.173

(1) Prazo dos papéis que estão lastreado as operações.

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	1.501.629	828.652
Subtotal	1.501.629	828.652
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	5.050.272	3.804.500
Total (Nota 6b)	6.551.901	4.633.152



Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 30.12.2011 o Índice Bovespa foi de 28.377 pontos. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 30.12.2011 foi de 15,07% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada e podem ter as seguintes características:
 • Arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra; e
 • Arrendamento operacional, com cláusula que possibilita o cancelamento e asseguram ao arrendatário a opção pela aquisição do bem a qualquer momento, pelo valor de mercado.

b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Arrendamentos financeiros a receber	7.356.601	7.403.269
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(7.231.433)	(7.296.593)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquidas)	14.140.079	13.264.176
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros:	(3.887.472)	(3.238.141)
- Depreciações acumuladas	(6.994.077)	(5.836.030)
- Superveniência de depreciação	3.106.605	2.597.889
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 14b)	(3.377.829)	(3.108.620)
Total do valor presente	6.999.946	7.024.091

c) Carteiras e prazos

	Curso normal						Total	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011 (A)	2010 (A)
Operações de arrendamento mercantil	367.217	309.065	291.581	808.600	1.386.208	3.301.392	6.464.063	6.583.533
Outros créditos (1)	239	237	234	690	1.322	5.434	8.156	9.481
Total em 2011	367.456	309.302	291.815	809.290	1.387.530	3.306.826	6.472.219	6.593.014
Total em 2010	358.611	335.844	275.859	826.993	1.386.562	3.409.145		

	Curso anormal						Total	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 720 dias	Acima de 720 dias	2011 (B)	2010 (B)
Operações de arrendamento mercantil	22.414	18.552	11.278	22.355	14.393	88.992	69.233	69.233
Total em 2011	22.414	18.552	11.278	22.355	14.393	88.992	88.992	88.992
Total em 2010	17.459	14.717	9.039	15.770	12.248	69.233		

	Curso anormal						Total		Total Geral	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011 (C)	2010 (C)	2011 (A+B+C)	2010 (A+B+C)
Operações de arrendamento mercantil	22.091	21.989	20.713	56.925	100.016	225.157	446.891	371.325	6.999.946	7.024.091
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	8.156	9.481
Total em 2011	22.091	21.989	20.713	56.925	100.016	225.157	446.891	371.325	7.008.102	7.033.572
Total em 2010	17.208	18.292	16.014	46.374	79.804	193.643				

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber.

d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2011	%	2010	%
Maior devedor	34.739	0,5	56.425	0,8
Vinte maiores devedores	411.873	5,9	473.328	6,7

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2011	%	2010	%
Setor público	4.571	0,1	13.544	0,2
Intermediários financeiros	4.571	0,1	13.544	0,2
Setor privado	7.003.531	99,9	7.020.028	99,8
Indústria	1.295.108	18,4	1.277.122	18,2
Alimentícia e bebidas	212.271	3,0	213.603	3,0
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	283.451	4,0	284.641	4,0
Química	63.890	0,9	70.726	1,0
Papel e celulose	25.283	0,4	29.583	0,4
Veículos leves e pesados	13.615	0,2	11.794	0,2
Extração de minerais metálicos e não metálicos	103.811	1,5	89.125	1,3
Têxtil e confecções	66.130	0,9	68.291	1,0
Artigos de borracha e plásticos	119.046	1,7	116.784	1,7
Eletroeletrônica	44.073	0,6	36.979	0,5
Móveis e produtos de madeira	77.200	1,1	82.383	1,2
Autopeças e acessórios	41.642	0,6	41.234	0,6
Materiais não metálicos	90.595	1,3	81.112	1,2
Artefatos de couro	15.778	0,2	13.413	0,2
Refino de petróleo e produção de álcool	19.159	0,3	22.559	0,3
Edição, impressão e reprodução	90.854	1,3	94.354	1,3
Demais indústrias	28.310	0,4	20.541	0,3

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Comércio	1.496.544	21,5	1.483.797	21,1
Produtos em lojas especializadas	459.681	6,6	477.879	6,8
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	194.598	2,8	195.597	2,8
Artigos de uso pessoal e doméstico	68.587	1,0	68.405	1,0
Veículos automotores	61.846	0,8	63.460	0,9
Vestuário e calçados	55.254	0,8	41.845	0,6
Varejistas não especializados	137.135	2,0	128.965	1,8
Atacadista de mercadorias em geral	53.158	0,8	56.557	0,8
Reparação, peças e acessórios para veículos automotores	137.841	2,0	134.210	1,9
Resíduos e sucatas	116.586	1,7	120.375	1,7
Combustíveis	65.899	0,9	64.372	0,9
Produtos agropecuários	9.958	0,1	10.276	0,1
Intermediário do comércio	68.229	1,0	66.990	1,0
Demais comércios	67.772	1,0	54.867	0,8
Intermediários financeiros	15.878	0,2	17.405	0,2
Serviços	3.274.862	46,7	3.142.486	44,7
Transportes e armazenagens	1.187.889	17,0	1.166.357	16,6
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	722.685	10,2	706.891	10,0
Construção civil	595.752	8,5	534.182	7,6
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	16.646	0,2	19.036	0,3
Telecomunicações	18.688	0,3	18.271	0,3
Serviços sociais, educação, saúde e seguridade social	162.967	2,3	166.074	2,4
Atividades associativas, recreativas, culturais e desportivas	123.022	1,8	106.782	1,5
Atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial	236.681	3,4	184.619	2,6
Alojamento e alimentação	64.611	0,9	65.890	0,9
Demais serviços	145.921	2,1	174.384	2,5
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	100.155	1,4	101.146	1,4
Pessoa física	820.984	11,7	998.072	14,2
Total	7.008.102	100,0	7.033.572	100,0

f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	Saldo da Carteira				Provisão mínima requerida				% Mínimo Requerido
	Curso normal	Curso anormal	Total (1)	%	Específica	Genérica	Total	%	
AA	112.983	-	112.983	1,6	-	-	-	-	-
A	576.051	-	576.051	8,2	-	2.881	2.881	3.293	0,5
B	1.309.191	10.228	1.319.419	18,8	3	13.092	13.193	13.344	1,0
C	4.147.542	84.361	4.231.903	60,4	178	2.353	124.426	126.957	3,0
Subtotal	6.145.767	94.589	6.240.356	89,0	181	2.451	140.399	143.031	146.927
D	206.316	116.215	322.531	4,7	1.142	10.480	20.631	32.253	10,0
E	23.653	63.290	86.943	1,2	2.826	16.161	7.096	26.083	30,0
F	24.856	38.166	63.022	0,9	3.279	15.804	12.428	31.511	50,0
G	11.044	47.922	58.966	0,8	6.051	27.494	7.731	41.276	70,0
H	60.584	175.700	236.284	3,4	46.576	129.124	60.584	236.284	100,0
Subtotal	326.453	441.293	767.746	11,0	59.874	199.063	108.470	367.407	295.850
Total em 2011	6.472.220	535.882	7.008.102	100,0	60.055	201.514	248.869	510.438	
%	92,4	7,6	100,0		11,8	39,5	48,7	100,0	
Total em 2010	6.593.014	440.558	7.033.572	100,0	45.461	156.249	241.067	442.777	
%	93,7	6,3	100,0		10,3	35,3	54,4	100,0	

(1) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, e dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Saldo inicial	442.777	426.319
Constituição	84.050	32.901
Baixas	(16.389)	(16.443)
Saldo final	510.438	442.777
- Provisão específica (1)	261.569	201.710
- Provisão genérica (2)	248.869	241.067
Recuperação de créditos baixados (3)	66.631	52.795
Renegociação de créditos no exercício	128.224	162.114

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
 (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
 (3) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

h) O imobilizado de arrendamento é composto como segue:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Veículos e afins	8.640.861	8.162.539
Máquinas e equipamentos	3.824.847	3.757.973
Outros	1.532.509	1.246.334
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquida) (Nota 3g - IV)	150.379	111.146
Total de bens arrendados	14.148.596	13.277.992
Depreciação acumulada de bens arrendados	(7.002.445)	(5.845.913)
Superveniência de depreciação (Nota 3g - V)	3.106.605	2.597.889
Total da depreciação acumulada	(3.895.839)	(3.248.024)
Imobilizado de arrendamento	10.252.757	10.029.968

9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas":

Empresas	Capital		Patrimônio Líquido		Participação no Capital Social		Lucro Líquido		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
	Social	Ajustado	Ações	Cotas	%	Ajustado	2011	2010	2011	2010
Aquarius Holdings Ltda.	32.658	60.756	-	6.368	19.500	4.237	11.848	11.029	826	657
Serel Participações em Imóveis S.A.	111.000	1.120.832	257	-	1.781	111.289	19.430	17.467	1.982	1.623
Total							31.278	28.496	2.808	2.280

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas companhias a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável.

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Aplicações por incentivos fiscais	25.989	25.989
Títulos patrimoniais	3	2
Outros investimentos	402	1.045
Subtotal	26.394	27.036
Provisão para perdas em outros investimentos	(19.579)	(19.579)
Total	6.815	7.457

10) IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(5) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/029, simples, 30.000 (2ª emissão), com valor unitário de R\$ 100.000,00, com data de emissão em 1º de maio de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 3,0 bilhões, e com prazo de 6 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios semestralmente;

(6) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/029, simples, 30.000 (2ª emissão), com valor unitário de R\$ 100.000,00, com data de emissão em 1º de maio de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 3,0 bilhões, e com prazo de 6 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios semestralmente;

(7) Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

(8) Simples, 190.000.000 (6ª emissão, duas séries, sendo 95.000.000 cada série), com valor unitário de R\$ 50,00, com data de emissão em 20 de junho de 2011, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 9,5 bilhões, com prazo de 5 anos a 1ª série e 10 anos a 2ª série, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	2011	2010
FINAME.....	16.151	14.102	53.747	70.430	161.259	53.726	369.415	379.652
Total em 2011.....	16.151	14.102	53.747	70.430	161.259	53.726	369.415	
%.....	4,4	3,8	14,5	19,1	43,7	14,5	100,0	
Total em 2010.....	18.321	31.269	44.516	75.808	170.396	39.342	379.652	
%.....	4,8	8,2	11,7	20,0	44,9	10,4	100,0	

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões e passivos contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A Bradesco Leasing é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for analisada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante, as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A principal questão é:

- CPFMF - R\$ 101.828 mil (2010 - R\$ 96.454 mil) pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPFMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nºs 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Previdenciárias (1)
No início do exercício de 2011.....	212	56.129	179.125
Atualização monetária.....	-	-	11.399
Constituições líquidas de reversões.....	589	13.456	15.478
Baixa/Transferências.....	(303)	(6.795)	12.737
No final do exercício de 2011 (Nota 14).....	498	62.790	218.739

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 436.153 mil (2010 - R\$ 201.310 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2011	2010	
Provisão para riscos fiscais (Nota 13b).....	218.739	179.125	
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c).....	825.704	691.182	
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar.....	15.972	27.228	
Impostos e contribuições a recolher.....	16.124	13.375	
Total.....	1.076.539	910.910	

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2011	2010	
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b).....	3.377.829	3.108.620	
Provisão para riscos - cíveis (Nota 13b).....	62.790	56.129	
Obrigações por aquisição de bens e direitos.....	31.479	5.892	
Provisão para riscos - trabalhistas (Nota 13b).....	498	212	
Outras.....	33.883	58.871	
Total.....	3.506.479	3.229.724	

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 7.127.800 mil (2010 - R\$ 7.127.800 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.422 (2010 - 23.422) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2011	2010	
Reservas de lucros.....	2.250.304	1.658.414	
- Reserva Legal (1).....	157.848	108.754	
- Reservas Estatutárias (2).....	2.092.456	1.549.660	

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos juros sobre o capital próprio e dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil		
	2011	2010	
Lucro Líquido.....	981.890	578.227	
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro.....	(49.094)	(28.912)	
Base de cálculo.....	932.796	549.315	
Dividendos propostos (1).....	-	137.328	
Juros sobre o capital próprio (2).....	390.000	-	
Percentual em relação à base de cálculo.....	41,8%	25,0%	

(1) Os dividendos de 2010 (inclusive de 2008 e 2009) tiveram seus pagamentos postergados até o final do exercício de 2012; e

(2) Pagos em 28 de outubro de 2011, conforme Ata da Reunião da Diretoria de 30 de setembro de 2011.

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2010
2011	2010	
Emolumentos judiciais e cartorários.....	7.577	6.312
Serviços técnicos especializados.....	10.179	5.888
Jurídicas processuais.....	5.868	6.811
Processamento de dados.....	3.906	4.084
Serviços do sistema financeiro.....	1.731	1.581
Depreciações e amortizações.....	894	897
Propaganda, promoções e publicidade.....	1.285	1.187
Serviços de terceiros.....	333	373
Aquisição de bens.....	3.456	3.023
Transportes.....	309	339
Outras.....	186	191
Total.....	35.724	30.686

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2010
2011	2010	
COFINS.....	62.895	44.393
PIS.....	10.221	7.214
ISS.....	8.636	7.709
Outras.....	2.225	621
Total.....	83.977	59.937

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2010
2011	2010	
Variações monetárias ativas.....	40.541	41.341
Receita de impostos a compensar.....	64.498	-
Aditivos contratuais.....	9.516	14.343
Reversão de outras provisões - fiscais.....	64.473	5.697
Créditos Fiscais - FINSOCIAL.....	4.467	6.524
Outras.....	2.585	1.659
Total.....	186.080	69.564

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2010
2011	2010	
Variações monetárias passivas.....	12.774	12.656
Outras provisões operacionais (1).....	77.342	5.617
Indenizações pagas.....	3.456	682
Descontos concedidos.....	23.342	16.956
Doações - Lei Rouanet.....	2.600	2.968
Outras.....	2.953	933
Total.....	122.467	39.812

(1) Inclui basicamente provisões para riscos fiscais.

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2010
2011	2010	
Resultado na alienação de outros valores e bens.....	(10.391)	(18.591)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens.....	(14.551)	(17.557)
Aluguéis.....	94	106
Outros.....	147	-
Total.....	(24.701)	(36.042)

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2011	2010	2011	2010
Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)	
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	567	113	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	49.226.540	42.502.180	5.050.272	3.804.500
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	16.085.493	9.713.993	1.501.629	828.652
Dividendos:				
Banco Bradesco S.A.	(335.884)	(335.884)	-	-
Outras Coligadas.....	2.891	2.871	-	-
Debêntures:				
Banco Bradesco S.A.	(63.097.054)	(50.562.426)	(6.191.905)	(4.520.389)
Aluguel:				
Banco Bradesco S.A.	-	-	94	106

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Atualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária na Instituição em 31 de dezembro:

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2010
2011	2010	
Ações ordinárias.....	0,03%	0,06%
Ações preferenciais.....	-	-
Total das ações.....	0,03%	0,06%

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2010
2011	2010	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	1.404.783	982.254
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% (1).....	(561.913)	(392.902)

Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:

Participações em coligadas.....	1.123	912
Juros sobre Capital Próprios Pagos.....	156.000	-
Despesas indutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	(19.767)	(17.006)
Outros valores.....	1.664	4.969
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(422.893)	(404.027)

(1) A alíquota da Contribuição Social para as empresas do segmento financeiro foi elevada para 15% de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3h).

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2010
2011	2010	
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(393.926)	(389.828)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	12.836	14.667
Utilização de saldos iniciais de:		
Prejuízo fiscal.....	(41.803)	



Bradesco
Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
 - Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10 produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2012); e
 - Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2012).
- Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Conselho de Administração		DIRETORIA	
Presidente Lázaro de Mello Brandão	Membros Mário da Silveira Teixeira Júnior Luiz Carlos Trabuco Cappi Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto	Diretor-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	Diretoria Diretores Laércio Albino Cezar Julio de Siqueira Carvalho de Araujo Domingos Figueiredo de Abreu

Célio Magalhães – Contador
CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o registro do ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7b. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas ou despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 14 de fevereiro de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

José Cláudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO INTERCAP S/A	11
BRADESCO LEASING SA - ARRENDAMENTO MERCANTIL	2
BRADESCO SA - CTVM	7



Certificação Digital. Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

- Modernidade: empresa pioneira no uso da Tecnologia de Certificação Digital na administração pública.
- Solidez e credibilidade: mais de 100 anos atuando com empreendedorismo, transparência e compromisso social.
- Excelência em qualidade: Autoridade Certificadora com ISO 9001:2008 em Certificação Digital.
- Garantia: alto nível em Segurança da Informação.

Conheça tudo o que a Certificação Digital da Imprensa Oficial pode oferecer para você.

www.imprensaoficial.com.br

Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 17.508.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as, as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instruções autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O bom desempenho da Empresa está sedimentado na forma de atuação plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégias de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, bem como implementando ações operacionais com grandes fabricantes, principalmente nos setores de veículos pesados e de máquinas e equipamentos.

Em 14 de junho de 2011, o Conselho de Administração aprovou a 6ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie subordinada no montante de R\$ 9,5 bilhões, na data da emissão, disponibilizando-nos as notas da Companhia (www.shopinvest.br/bradescoleasing) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (www.cvm.gov.br), sendo a emissão uma oferta com esforços restritos de distribuição destinada exclusivamente a investidores qualificados.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 19.120,7 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 9.378 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 10,88% sobre o PL médio.

Em setembro de 2011 foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas no montante de R\$ 390 milhões, cujo pagamento foi efetuado em 28 de outubro de 2011.

Em 31 de dezembro, o total de Ativos somava R\$ 77.763 bilhões, destacando-se R\$ 65.312 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 7 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente e R\$ 1.093 milhões de Leasing Operacional a Receber. O saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 3.379 bilhões.

O total de Captações, em 31 de dezembro, estava representado por R\$ 63,077 bilhões de Debêntures e R\$ 369,415 bilhões de FINAME. Não exercido, a Bradesco Leasing, em consonância com o teor da Instrução CVM nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa em parâmetros superiores a 5% do total dos custos da taxa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agredecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 14 de fevereiro de 2012.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		PASSIVO	
2011	2010	2011	2010
ATIVO		CIRCULANTE	
DISPONIBILIDADES	28.327.025	15.712.182	6.848.486
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	26.663.874	14.151.151	4.415.559
Aplicações no Mercado Aberto	16.085.493	9.713.993	4.159.559
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.578.381	4.437.158	2.259.000
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	1.641.805	1.398.865	1.580.927
Carteira Própria	1.580.927	1.293.971	335.884
Vinculados à Prestação de Garantias	60.878	104.894	526.518
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(250.784)	(123.043)	1.416.095
Operações de Arrendamentos a Receber:			
- Setor Público	4.571	9.553	
- Setor Privado	3.194.134	3.122.168	
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(3.074.348)	(3.026.616)	61.536.885
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(375.141)	(229.103)	58.881.495
OUTROS CREDITOS	219.826	229.566	591.665
Rendas a Receber (Nota 8a)	2.902	3.678	214.885
Diversos (Nota 8b)	217.006	225.888	209.738
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(82)	(77)	2.640.405
OUTROS VALORES E BENS	79.234	55.530	550.021
Outros Valores a Bens	79.234	55.530	2.090.384
Provisões para Desvalorizações	(27.387)	(33.257)	1.632.983
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	39.139.113	38.426.336	9.378.120
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	38.648.159	38.065.022	7.127.800
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	38.648.159	38.065.022	2.250.304
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(134.241)	(212.773)	16
Operações de Arrendamentos a Receber:			
- Setor Público	-	3.991	
- Setor Privado	4.158.989	4.272.988	
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(4.158.178)	(4.276.362)	
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(135.050)	(213.390)	
OUTROS CREDITOS	624.604	573.411	
Diversos (Nota 8b)	624.604	573.411	
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(703)	(676)	
OUTROS VALORES E BENS	591	676	
Despesas Antecipadas	591	676	
PERMANENTE	10.297.353	10.073.318	61.536.885
INVESTIMENTOS (Nota 9)	38.093	35.553	
Participações em Coligadas:			
- Não País	31.278	28.496	
- Outros Investimentos	26.304	27.236	
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)	
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	6.503	7.397	
Imóveis de Uso	113	11.117	
Reavaliação de Imóveis de Uso	13.939	13.939	
Outras Imobilizações de Uso	155	155	
Depreciações Acumuladas	(18.705)	(17.814)	
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7h e 10)	10.252.757	10.029.968	
Bens Arrendados	14.148.596	13.277.992	
Depreciações Acumuladas	(3.895.839)	(3.247.024)	
TOTAL	77.763.491	64.211.836	77.763.491

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2º Semestre 2011	2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.888.185	11.012.704
Operações de Crédito	35.784	66.631
Operações de Arrendamento Mercantil	4.214.238	52.975
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	3.730.290	4.760.367
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(5.119.110)	(9.529.940)
Operações de Captações	(3.441.625)	(6.191.926)
Operações de Empréstimos e Repasses	(11.949)	(24.141)
Operações de Arrendamento Mercantil	(1.509.619)	(3.229.844)
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil (Nota 7e g)	(84.050)	(82.000)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	749.075	1.482.764
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(5.865)	(58.591)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(18.020)	(35.724)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(83.577)	(59.937)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	1.469	2.280
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	91.970	69.584
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(58.730)	(39.461)
RESULTADO OPERACIONAL	743.210	1.424.484
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	(7.111)	(24.701)
RESULTADO ANTES DETRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO	736.099	1.400.783
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(146.815)	(422.893)
LUCRO LÍQUIDO	589.284	977.890
Numero de ações (Nota 15b)	23.422	23.422
Lucro por ação em R\$	25.159,42	41.921,70

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2º Semestre 2011	2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	736.099	1.404.783
Lucro Líquido antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	589.284	977.890
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.383.989	2.823.946
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	67.917	84.050
Depreciações e Amortizações	1.582.932	3.069.973
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(29.535)	40.922
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.469)	(2.280)
Superveniência de Depreciações	(245.915)	(67.526)
Prejuízo na Alienação de Bens Arrendados	9.787	20.468
Provisão (Reversão) de Provisão por Desvalorização de Ativos	7.448	14.404
Outros	(10.078)	(2.346)
Lucro Líquido ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.120.088	4.228.723
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(4.202.729)	(12.108.612)
(Aumento)/Redução em Títulos para Operações e Instrumentos Financeiros Derivativos	(156.927)	(254.704)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	30.558	(70.655)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(11.440)	(34.841)
Aumento)/Redução em Operações por Empréstimos e Repasses	78.440	(23.266)
Aumento)/Redução em Outras Obrigações	79.447	64.992
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(62.175)	(230.845)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	(2.428.127)	(8.242.798)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	4.962	7.769
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(1.987.769)	(3.892.469)
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	497.064	975.337
Aquisição de Bens não de Uso Próprio	(24.570)	(66.394)
Alienação de Bens não de Uso Próprio	52.567	53.586
Alienação de Investimentos	10.496	10.719
Dividendos Recebidos	6	346
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades de Investimentos	(1.483.754)	(2.914.128)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital em Dinheiro/Incorporação de Ações	-	5.000.000
Aumento/Redução em Fluxos de Emissão de Debêntures	2.436.927	12.534.627
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(390.000)	(390.000)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades de Financiamentos	2.046.927	12.144.627
Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(865.594)	(867.791)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	1.833.768	1.133
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	968.174	981.814
Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(865.594)	(867.791)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre 2011		Exercícios findos em 31 de dezembro 2010	
	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados
Eventos				
Saldos em 30.6.2011	7.127.800	128.384	1.829.392	7.149
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(7.133)
Reversão dos Dividendos Distribuídos no 1º Semestre/2011	-	-	93.244	-
Lucro Líquido	-	-	-	589.284
Destinações - Reservas:	-	29.464	169.820	(199.284)
- Juros sobre o Capital Próprio pagos	-	-	-	(390.000)
Saldos em 31.12.2011	7.127.800	157.848	2.092.456	9.378.120
Saldos em 31.12.2010	2.127.800	79.842	1.137.673	4.835
Aumento de Capital	5.000.000	-	-	5.000.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	2.176	-
Lucro Líquido	-	-	-	578.227
Destinações - Reservas:	-	28.912	411.987	(440.899)
- Dividendos propostos	-	-	-	(137.328)
Saldos em 31.12.2011	7.127.800	108.754	1.549.660	7.011
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	6.965
Lucro Líquido	-	-	-	981.890
Destinações - Reservas:	-	49.094	542.796	(591.890)
- Juros sobre o Capital Próprio pagos	-	-	-	(390.000)
Saldos em 31.12.2011	7.127.800	157.848	2.092.456	9.378.120

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre 2011		Exercícios findos em 31 de dezembro 2010	
	2011	%	2010	%
1 - RECEITAS	5.848.395	750,1	10.967.566	837,2
1.1) Intermediação Financeira	5.868.185	752,7	11.012.704	840,9
1.2) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(67.917)	(8,7)	(84.050)	(5,5)
1.3) Outras	48.127	6,1	38.912	2,6
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(5.051.193)	(647,9)	(9.445.890)	(734,5)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(18.573)	(2,3)	(34.830)	(2,8)
Serviços de Terceiros	(153)	-	(333)	(3,7)
Aquisição de Bens	(1.008)	(0,2)	(3.456)	(0,2)
Serviços do Sistema Financeiro	(1.012)	(0,1)	(1.731)	(0,1)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(883)	(0,1)	(1.285)	(0,1)
Transportes	(160)	-	(309)	(0,3)
Jurídicas Processuais	(2.692)	(0,4)	(6.668)	(0,4)
Emolumentos Judiciais e Cartórios	(4.759)	(0,6)	(7.577)	(0,5)
Serviços Técnicos Especializados	(5.497)	(0,7)	(10.179)	(0,7)
Outros	(81)	-	(186)	-
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	778.229	99,9	1.486.864	99,9
5 - DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(447)	(0,1)	(894)	(0,1)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	778.182	99,8	1.485.970	99,8
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.469	0,2	2.808	0,2
(Aumento)/Redução em Participações em Coligadas e Controladas	1.469	0,2	2.808	0,2
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	779.651	100,0	1.488.760	100,0
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	779.651	100,0	1.488.760	100,0
9.1) Impostos, Taxas e Contribuições	196.367	24,5	506.870	34,1
Federais	185.947	23,8	498.234	33,6
Municipais	4.422	0,6	8.638	0,6
9.2) Remuneração de Capitais Próprios	589.284	75,6	981.890	65,9
Juros sobre o Capital Próprio	390.000	50,0	390.000	26,2
Juros Retidos	199.284	25,6	591.890	39,7

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e a gestão de riscos. Suas Demonstrações Contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.295/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.407/07 (Lei das Sociedades por Ações) e alterações introduzidas pela Lei nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BCB) e da Comissão de Valores

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ nº 09.120.001-92
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Fresta - 7º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa
A provisão estimada para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos níveis de risco. As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.882/99 do CMN, que requerem a sua classificação de risco em nove níveis: "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais inerentes às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os pontos de atraso definidos na Resolução nº 2.882/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.882/99 do CMN.
A atualização (acréscimo) das operações vendidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.
As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H" se os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h) Imposto de renda e despesas antecipadas (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias e prejuízo fiscal, são registrados nos títulos "Outros Créditos - Diversos" e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superavaliação de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada nos títulos "Outros Créditos - Diversos", sendo que para a superavaliação de depreciação, é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.
Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. O crédito tributário sobre prejuízo fiscal será realizado de acordo com a geração de lucros tributos, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro e a contribuição considerando a alíquota de 15%, para empresa do setor financeiro.
Form contratuais previstas para as demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
De acordo com a Lei nº 11.341/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.538/07 e pelas artigos 37 e 38 da Lei nº 11.947/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerado, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

i) Despesas antecipadas
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. São registrados no resultado de acordo com o princípio da competência.

j) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
Os incentivos fiscais e investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

k) Imobilizado
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decréscimos de operações que transfiram os riscos, benefícios e custos para a entidade.
É demonstrado no custo de aquisição, calculado pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso residencial - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

l) Diferido
Registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas de 20% ao ano, calculadas pelo método linear. A partir de 5 de dezembro de 2008 as novas operações passaram a ser registradas no ativo intangível de acordo com a Carta Circular nº 3.357/08 do BACEN.

m) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment). O caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável (apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dois do maior). Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

n) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias
Títulos para negociação (3)	1.347.650	2.409	34.634
Letras financeiras do tesouro	98.716	1.442	10.174
Certificados de depósito bancário	-	967	-
Debêntures	-	-	2.060
Letras do tesouro nacional	-	-	7.081
Notas do tesouro nacional	1.246.832	-	-
Notas promissórias	2.102	-	-
Outros	-	-	19.027
Total em 2011	1.347.650	2.409	34.634
Total em 2010	27.855	42.655	5.778

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do período, os fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 1.560.804 mil (2010 - R\$ 1.252.164 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.
(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, métodos de cotação ou cotações de preço para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.
(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e
(4) Em 2011 foram realizadas perdas que não temporárias de R\$ 122 mil para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda (2010 - não houve realização de perdas que não temporárias).

b) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	Exercícios findos em	
	2011	2010
Títulos de renda fixa	6.533.961	13.666.152
Títulos de renda variável	7.377	13.666
Fundos de investimento	156.900	113.661
Total	6.731.837	4.760.367

c) Instrumentos financeiros derivativos
A Bradesco Leasing não possui carteira de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.
Análise de Sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08
Como boa prática de governança de gestão de riscos, o Banco Bradesco S.A. possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que envolve o controle de suas posições expostas ao risco de mercado através de medidas concordes com as melhores práticas internacionais e o Novo Acordo de Capitais - Basileia II. Destacam-se, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e avançando regulamentado pelo BACEN.
As propostas de limites de riscos são validadas em Comitês específicos de negócios e submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme os objetivos das posições, as quais são segregadas nas seguintes Carteiras:
Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativas, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros da carteira de operações, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à venda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efeitos ou realização de arbitragem.
Carteira Banking: operações não classificadas na Carteira Trading. Consistem nas operações estruturadas provenientes das diversas linhas de negócio da Organização e seus eventuais derivados.
De acordo com a natureza das suas atividades, a Bradesco Leasing possui em seu portfólio apenas operações Banking e não tem exposição a instrumentos financeiros derivativos.

Carteira Banking (1)

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2011	2010	
1		1	3
Taxa de Juros em Reais			
Exposições sujeitas a variações de taxa de juros prefixadas e cupom de taxa de juros	(425)	(109.373)	(210.898)
Renda Variável			
Exposições sujeitas a variação do preço de ações	(95)	(2.365)	(4.729)
Total sem correlação	(520)	(111.738)	(215.627)
Total em 2011	(430)	(109.242)	(210.638)
Total em 2010			
(1) Valores líquidos de efeitos fiscais			

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.
Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BIMF/Bovespa, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo, no cenário aplicado sobre as posições de 30.12.2011 o Índice Bovespa foi de 56.107 pontos. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 30.12.2011 foi de 10,06% a.a.

Curso anual

	Parcelas vencidas					Total	2011	2010
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias			
Operações de arrendamento mercantil	22.091	21.989	20.713	56.925	100.016	225.157	446.891	7.024.091
Outros créditos (1)	22.091	21.989	20.713	56.925	100.016	225.157	446.891	6.981
Total em 2011	17.208	18.282	16.014	46.374	79.804	193.643	371.325	7.033.572
(1) A rubrica "Outros créditos" compreende o balanço de valores e bens e títulos e créditos a receber.								

d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

Saldo da Carteira

Nível de risco	Curso nominal	Curso anual	Total (1)		Específica	Gênerica	Provisão mínima requerida		%
			Vencidas	Vincendas			2011	2010	
AA	112.983	-	112.983	0,2	-	-	-	0,1	0,2
A	576.051	-	576.051	0,2	-	-	-	0,1	0,5
B	1.571	10.229	1.319.419	60,4	3	98	-	13.192	1,0
C	1.417.542	84.381	4.231.903	60,4	178	2.353	1.24.226	1.26.957	3,0
Subtotal	6.145.167	94.589	6.240.356	60,4	181	2.451	140.399	143.031	2,3
D	206.316	116.215	322.531	18,2	1.142	10.480	20.631	32.253	2,0
E	63.293	88.293	88.293	1,2	2.826	16.161	7.096	26.083	30,0
F	24.556	38.186	63.022	0,9	13.022	15.804	12.426	236.294	30,0
G	11.044	47.922	58.966	0,6	6.071	27.494	7.731	41.276	25,5
H	60.584	175.700	236.284	0,4	46.576	126.294	60.584	195.999	100,0
Subtotal	326.453	441.293	767.746	11,0	59.874	199.663	108.470	367.407	295,800
Total em 2011	6.472.220	535.882	7.008.102	100,0	60.055	201.514	248.869	510.438	100,0
Total em 2010	92,4	40.558	703.572	100,0	100,0	45.461	241.067	442.777	100,0
(1) Inclui o valor dos resíduos das contrapartidas dos resíduos parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusulas de variação cambial, que estão sendo gerenciados judicialmente.									

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
Provisões (passivos) são constituídas em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais e decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certa e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 13a).
Provisões (passivos) são constituídas em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas prováveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certa e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 13a).
Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 13b).
Ativos Ativos e passivos Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base "pro-riis") e a provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base "pro-riis").

o) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.
Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional	567	113
Total disponibilidades (caixa)	987.247	113
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	-	-
Total caixa e equivalentes de caixa	987.247	113

(1) Refere-se a operações em andamento, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

a) Vencimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Aplicações no mercado aberto:						
Previsão bancada (1)	3.053.738	967.867	1.808.139	7.321.954	1.823.455	1.110.340
Debêntures	3.053.738	967.867	1.808.139	7.321.954	1.823.455	1.110.340
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.197.624	-	-	380.757	-	38.648.159
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.197.624	-	-	380.757	-	38.648.159
Total em 2010	14.008.593	1.601.747	8.913.397	1.903.512	38.388.924	42.502.173

(1) Prazo dos papéis que estão lastreados nas operações.
b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez
Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

Rendas de aplicações em operações compromissadas:

Posição bancada	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Subtotal	1.501.629	828.652
(-) Depreciação de aplicações interfinanceiras de liquidez	(5.050.567)	(3.034.500)
Total (Nota 6b)	6.551.901	4.633.152

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	2011		2010	
	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado
Acima de 360 dias	1.641.762	1.641.765	1.387.058	1.387.058
3	333.833	333.830	319.419	319.419
12.469	12.469	12.469	12.469	12.469
4.509	4.509	4.509	4.509	4.509
7.081	7.081	7.081	7.081	7.081
1.246.832	1.246.832	1.246.832	1.246.832	1.246.832
2.102	2.102	2.102	2.102	2.102
34.938	34.938	34.938	34.938	34.938
16	16	16	16	16
27	27	27	27	27
43	43	43	43	43
164.105	164.105	164.175	164.175	164.175
Total em 2011	257.609	1.641.800	1.387.058	1.387.058
Total em 2010	1.322.577	1.641.765	1.387.058	1.387.058

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
a) Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada e podem ter as seguintes características:
- Arrestando financeiro, com cláusula de cancelamento e opção de compra; e
- Arrestando operacional, com cláusula que possibilita o cancelamento e asseguram ao arrendatário a opção pela aquisição do bem a qualquer momento, pelo valor de mercado.
b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis

Curso normal

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias
Operações de arrendamento mercantil	367.217	309.065	291.581	808.600	1.396.208
Outros créditos (1)	239	237	234	690	1.322
Total em 2011	367.456	309.302	291.815	809.290	1.397.530
Total em 2010	359.611	335.844	276.399	766.393	1.366.145

Parcelas vencidas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias
Operações de arrendamento mercantil	22.414				

Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ nº 07.509.120/001-92
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - Z Anelar - Vila Yara - Osasco - SP



g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Saldo Inicial.....	84.050	32.901
Constituição.....	18.389	(16.443)
Baixas.....	1.522.500	316.438
Saldo final.....	261.569	201.710
- Provisão específica (1).....	246.969	241.667
- Provisão genérica (2).....	66.831	52.795
Recuperação de créditos baixados (3).....	128.224	162.114

Renegociação de créditos no exercício.....
(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;
(3) Registrada em receitas de operações de crédito, com previsto nas normas e instruções do BACEN.

h) Imobilizado de arrendamento é composto como segue:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Veículos e afins.....	3.540.861	3.162.539
Máquinas e equipamentos.....	3.824.847	3.757.973
Outros.....	1.522.500	1.246.524
Perdas em arrendamentos a amortizar (liquida) (Nota 3g - IV).....	150.379	111.146
Total de bens arrendados.....	14.148.596	13.277.992
Depreciação acumulada de bens arrendados.....	(7.845.913)	(7.045.893)
Superveniência de depreciação (Nota 3g - V).....	3.106.606	2.597.889
Total da depreciação acumulada.....	(3.895.839)	(3.248.024)
Imobilizado de arrendamento.....	10.252.757	10.029.968

9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas":

Empresas	Capital Líquido		Patrimônio Líquido		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no Capital Social		Lucro Líquido		Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
	2011	2010	2011	2010	Ações	Cotas	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Aquarius Holdings Ltda.....	32.688	60.756	60.756	60.756	3.568	19.500	11.845	11.025	826	1.657	826	1.657	657	657
Serati Participações em Imóveis S.A.....	111.000	1.120.532	1.120.532	1.120.532	257	1.781	19.430	17.467	1.285	1.823	2.808	2.808	2.808	2.808
Total.....							31.278	28.496	2.111	3.480	2.111	2.111	2.111	2.111

(1) Ajuste decorrente da avaliação considera os resultados apurados pelas companhias a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável.

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Aplicações por incentivos fiscais.....	25.989	25.989
Títulos patrimoniais.....	3	2
Outros investimentos.....	402	149.590
Subtotal.....	26.394	27.038
Provisão para perdas em outros investimentos.....	(19.579)	(19.579)
Total.....	6.815	7.457

10) IMOBILIZADO DE USO DE ARRENDAMENTO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Imóveis de uso:		
- Terrenos.....	2.714	2.714
- Edificações.....	22.342	18.553
- Outras imobilizações de uso.....	155	(155)
Imobilizado de arrendamento.....	14.148.596	10.252.757
Total em 2011.....	14.173.807	10.299.260
Total em 2010.....	13.303.203	(3.265.838)

11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURAS

A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debênturas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Junho/2002 (1).....	2.000.000	2.000.000
Fevereiro/2005 (2).....	4.000.000	2.025
Fevereiro/2005 (3).....	4.050.000	2.025
Fevereiro/2005 (4).....	8.775.000	2.025
Mai/2005 (5).....	3.000.000	2.011
Jan/2006 (6).....	6.750.000	2.028
Junho/2011 (7).....	4.750.000	2.016
Junho/2011 (7).....	4.750.000	2.021
Total.....	34.275.000	63.097.054

- (1) Sob nº CVM/RE/DEB/2002/036, nominativas, 1.200.000 (9ª emissão), com valor unitário de R\$ 1.000,00 com data de emissão em 01 de junho de 2002, sob nº CVM/RE/DEB/2005/036, nominativas, 1.200.000 (9ª emissão), com valor unitário de R\$ 1.000,00 com data de emissão em 01 de junho de 2002, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 1,2 bilhão com prazo de 10 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debênturas.
- (2) Sob nº CVM/RE/DEB/2005/017, simples, 400.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 40 mil bilhões com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debênturas.
- (3) Sob nº CVM/RE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com uma utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,5 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debênturas.
- (4) Sob nº CVM/RE/DEB/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debênturas, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:
- (5) Sob nº CVM/RE/DEB/2005/029, simples, 30.000 (2ª emissão), com valor unitário de R\$ 100.000,00, com data de emissão em 1º de maio de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 3,0 bilhões, e, com prazo de 6 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios semestralmente.
- (6) Sob nº CVM/RE/DEB/2005/029, simples, 30.000 (2ª emissão), com valor unitário de R\$ 100.000,00, com data de emissão em 1º de maio de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 3,0 bilhões, e, com prazo de 6 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios semestralmente.
- (7) Sob nº CVM/RE/DEB/2006/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2006, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debênturas.
- (8) Simples, 100.000.000 (6ª emissão, duas séries, sendo 50.000.000 cada série), com valor unitário de R\$ 50,00, com data de emissão em 20 de junho de 2011, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 5 bilhões, com prazo de 5 anos a 1ª série e 10 anos a 2ª série, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debênturas.

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
FINAME.....	16.151	179.652
Total em 2011.....	16.151	179.652
%.....	4,4	100,0
Total em 2010.....	18.321	379.652
%.....	4,8	100,0

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

Provisões e passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A Bradesco Leasing é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.
O processo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mandado até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Passivos trabalhistas
São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

Processos civis
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for analisada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.
Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Bradesco Leasing é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.
O processo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mandado até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

CPMF - R\$ 101.828 mil (2010 - R\$ 96.454 mil) pleiteia, isonamicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XVI e XXVI.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
No início do exercício de 2011.....	212	179.125
Atualização monetária.....	-	11.399
Constituições líquidas de reversões.....	589	15.478
Baixas/Transferências.....	(203)	(203)
No final do exercício de 2011 (Nota 14).....	498	62.790

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisdicionais e elevar-se, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISON da empresa de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 436.153 mil (2010 - R\$ 201.310 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Provisão para riscos fiscais (Nota 13b).....	216.739	179.125
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c).....	31.479	825.374
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar.....	15.972	27.228
Impostos e contribuições a receber.....	16.124	13.375
Total.....	1.076.539	910.910

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b).....	3.377.829	3.108.620
Provisão para riscos - cíveis (Nota 13b).....	62.790	56.129
Obrigações por aquisição de bens e direitos.....	31.479	5.620
Provisão para riscos - trabalhistas (Nota 13b).....	498	212
Outras.....	38.883	58.871
Total.....	3.506.479	3.229.724

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 7.127.800 mil (2010 - R\$ 7.127.800 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.422 (2010 - 23.422) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Reservas de lucros.....	2.220.304	1.658.414
- Reserva Legal (1).....	157.848	108.754
- Reservas Estatutárias (2).....	2.062.456	1.549.660
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social registrado, o acréscimo das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos e;		
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.		

c) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

As acionistas estão asseguradas quanto ao recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em ação aos mesmos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Bradesco Leasing apurou no período superveniência de depreciação no montante de R\$ 508.716 mil (2010 - R\$ 645.610 mil) registrada em imobilizado de arrendamento, sendo R\$ 18.270 mil (2010 - R\$ 26.556 mil) classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 526.986 mil (2010 - R\$ 672.166 mil) em resultado do período.

8) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Dividendos.....	2.902	3.678
Total.....	2.902	3.678

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Créditos tributários (Nota 22c).....	319.268	348.235
Devedores por depósitos em garantia.....	410.031	365.197
Impostos e contribuições a compensar/recuperar.....	67.099	43.285
Pagamentos a ressarcir.....	15.528	20.498
Devedores por compra de valores e bens.....	8.157	9.481
Outros.....	21.690	12.897
Total.....	841.773	799.583

9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas":

Empresas	Capital Líquido		Patrimônio Líquido		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no Capital Social		Lucro Líquido		Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
	2011	2010	2011	2010	Ações	Cotas	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Aquarius Holdings Ltda.....	32.688	60.756	60.756	60.756	3.568	19.500	11.845	11.025	826	1.657	826	1.657	657	657
Serati Participações em Imóveis S.A.....	111.000	1.120.532	1.120.532	1.120.532	257	1.781	19.430	17.467	1.285	1.823	2.808	2.808	2.808	2.808
Total.....							31.278	28.496	2.111	3.480	2.111	2.111	2.111	2.111

(1) Ajuste decorrente da avaliação considera os resultados apurados pelas companhias a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável.

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Aplicações por incentivos fiscais.....	25.989	25.989
Títulos patrimoniais.....	3	2
Outros investimentos.....	402	149.590
Subtotal.....	26.394	27.038
Provisão para perdas em outros investimentos.....	(19.579)	(19.579)
Total.....	6.815	7.457

10) IMOBILIZADO DE USO DE ARRENDAMENTO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Imóveis de uso:		
- Terrenos.....	2.714	2.714
- Edificações.....	22.342	18.553
- Outras imobilizações de uso.....	155	(155)
Imobilizado de arrendamento.....	14.148.596	10.252.757
Total em 2011.....	14.173.807	10.299.260
Total em 2010.....	13.303.203	(3.265.838)

11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURAS

Emissão	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Junho/2002 (1).....	2.000.000	2.000.000



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.599.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Preço Fixo - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

e) Obrigações fiscais diferidas
As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 825.704 mil (2010 - R\$ 691.182 mil) são relativas à superveniência de depreciação R\$ 776.652 mil (2010 - R\$ 649.472 mil), atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 47.918 mil (2010 - R\$ 35.554 mil), ajuste à valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 96 mil (2010 - R\$ 4.751 mil) e reserva de reavaliação R\$ 1.038 mil (2010 - R\$ 1.305 mil), respectivamente.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Conforme previsto no Ofício Circular CVM nº 010/7, a Bradesco Leasing está dispensada de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, os quais encontram-se registrados, a valor presente, de acordo com a Lei nº 6.099/74, substancialmente, como imobilizado de arrendamento. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 equivale, aproximadamente, ao valor de realização desses instrumentos.

b) O seguimento dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da sociedade estão segurados por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

c) Gerenciamento de riscos
A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos. As decisões da Organização são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando o alcance de objetivos estratégicos e zelando pelo fortalecimento da Instituição.

A Organização exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, proporcionando unidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controles de riscos por meio de um órgão estatutário, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

A Bradesco Leasing como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns procedimentos contábeis, suas interpretações e orientações, foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstrações do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10 produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2012); e
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2012).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Conselho de Administração		Diretoria	
Presidente Lázaro de Mello Brandão	Membros Mário da Silveira Teixeira Júnior Luiz Carlos Trabuco Cappi Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto	Diretor-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	Diretores Lairton Abino Cezar Julio de Siqueira Carvalho de Araujo Domingos Figueiredo de Abreu

Celso Magalhães - Contador
CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva
A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o registro do ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7b. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas ou despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
Cláudio Rogério Sentório
Contador CRC 1SP121209/O-1

José Cláudio Costa
Contador CRC 1SP11720/O-1



O legado do homem que criou o país do futuro

Austríaco e judeu, o escritor **Stefan Zweig** escolheu o Brasil para, longe do nazismo, poder dedicar-se à sua obra. Há 70 anos, em plena Segunda Guerra, ele e a mulher suicidavam-se em sua casa, em Petrópolis.



No auge da Segunda Guerra Mundial, em 22 de fevereiro de 1942, há 70 anos completados ontem, Stefan Zweig, escritor austríaco e judeu, escreveu uma carta atualmente guardada na Biblioteca Nacional de Israel. Chamada de Declaração, ela é de despedida. Zweig, ao lado da mulher Charlotte, foi encontrado morto na cama do casal na cidade que eles escolheram para fugir do nazismo na Europa - Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.



No alto, o suicídio de Zweig noticiado no jornal francês *Le Petit Parisien*

"Antes de deixar a vida, de livre vontade e juízo perfeito, uma última obrigação se me impõe: agradecer do mais íntimo a este maravilhoso país, o Brasil, que propiciou a mim e à minha obra tão boa e hospitaleira guarda. A cada dia fui aprendendo a amar mais e mais este país, e em nenhum outro lugar eu poderia ter reconstruído por completo a minha vida, justo quando o mundo de minha própria língua se acabou para mim e meu lar espiritual, a Europa, se auto-aniquila", começa a carta, em português.

Segundo o jornal *Times of Israel*, Zweig, mais que austríaco ou judeu, considerava-se um "cidadão da Europa". Famoso por seus romances, peças e poemas, o escritor começou sua carreira sob as asas do jornalista e roteirista Theodor Herzl, cujo trabalho ele admirava. Zweig, porém, discordava de alguns dos ideais do homem que fundou o movimento do modernismo político. Para o escritor, o judaísmo ensinou que ele poderia se sentir em casa em qualquer lugar do mundo.

Forçado a fugir da crescente ferocidade dos sentimentos nacionalistas que tanto detestava, Zweig descobriu que não se sentiria realmente em casa em lugar algum. Ele e Lotte deixaram Salzburgo para trás, fazendo uma parada na Grã-Bretanha e outros nos Estados Unidos antes de finalmente chegarem no Brasil, em agosto de 1940. Aqui, ele contemplou o

exílio e a perda da Europa que ele chamava - e também é o título de seu livro de memórias - *O Mundo de Ontem*. À frente de seu tempo - Para Stefan Litt, da Biblioteca Nacional de Israel, Zweig reuniu alguns dos melhores valores básicos, como o humanismo e o pacifismo. "Ele estava acima de qualquer nacionalismo. Era um homem diversas décadas à

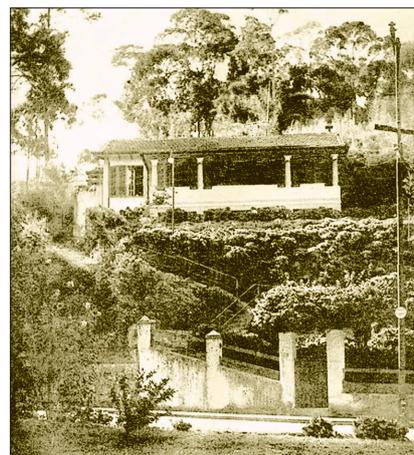


frente de seu tempo quando acreditou e pediu por uma Europa unificada.

No dia seguinte à morte do casal, em razão de uma "alta dose de barbitúricos", o *Journal do Brasil* trazia a notícia: "Morre tragicamente um dos maiores escritores contemporâneos - Stefan Zweig e sua esposa suicidaram-se em Petrópolis na tarde de ontem."

Conspiração - Autor do livro *Brasil, país do futuro* (um retrato do Brasil e uma interpretação do espírito brasileiro), Zweig continua tendo uma legião de fãs. Alguns acreditam em uma teoria da conspiração que diz que o casal foi assassinado. O psicólogo e advogado brasileiro Jacob Pinheiro Goldberg, de acordo com uma reportagem da revista *Veja*, chegou a requerer em 1999 a reabertura do inquérito Zweig. "Os nazistas, em colaboração com a polícia política de (Getúlio) Vargas, provocaram a morte do escritor e de sua mulher."

No imóvel onde o suicídio aconteceu funciona hoje uma entidade cultural de direito privado, sem fins lucrativos. Segundo o site da organização, "seu principal objetivo é homenagear a memória de Stefan Zweig na casa que serviu de última morada para o escritor e sua mulher". A reforma da Casa Stefan Zweig foi orçada em R\$ 600 mil e recebeu um patrocínio do governo alemão no valor de R\$ 140 mil. A iniciativa, presidida pelo jornalista Alberto Dines, deveria ter sido aberta em agosto passado.



A casa do autor de *Brasil, país do futuro* em Petrópolis (RJ) e alguns de seus livros traduzidos em francês